

CERIMÓNIA DE ASSINATURA DE CONTRATOS DE INCENTIVOS À MANUTENÇÃO DE PAISAGENS TRADICIONAIS

Santa Cruz da Graciosa, a 26 de fevereiro de 2019

Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro

Duas ou três palavras muito breves, necessariamente muito breves, apenas para poder, de certa forma, evidenciar e salientar aquilo que aqui nos reúne.

Estamos a falar de contratos que, no caso concreto aqui da ilha Graciosa, abrangem mais de quatro hectares, cerca de 30 produtores. À escala regional, estes contratos de incentivo à manutenção de paisagens tradicionais em pomares, em socalcos, estamos a falar de mais de quatro centenas de beneficiários, numa área que ultrapassa os 700 hectares em toda a nossa Região, envolvendo verbas superiores a um milhão de euros.

E por que razão é que fazemos isso? Bom, por um motivo muito simples. Porque consideramos que, aqui na Graciosa e por todas as ilhas da nossa Região, um dos grandes ativos que temos, do ponto de vista do nosso desenvolvimento futuro, é exatamente o património natural, as paisagens que temos.

Temos a felicidade de, aqui nos Açores, estar a conciliar dois setores que me parecem fundamentais. Por um lado, o setor turístico que, naquilo que temos para divulgar e promover, se alicerça em grande medida nas paisagens que os Açores oferecem. Paisagens naturais em si mesmas, mas também paisagens que, fruto da intervenção do homem, com é o caso destas de que estamos a falar, acabam por ter particular relevância no contexto global da oferta turística que apresentamos.

É exatamente esse aspeto de futuro em termos de reforço das condições que podem levar a um desenvolvimento nestas áreas do turismo, e não só, mas também naquilo que tem especificamente a ver com a forma de produção e com os produtos que, nessas áreas que agora são objeto de contrato de incentivo à manutenção de paisagens, podem ser aproveitados, que o Governo resolveu direcionar dos fundos da Região, sem qualquer participação de fundos comunitários, verbas que permitem criar este sistema de apoio e este sistema de incentivos.

Estamos, nestas circunstâncias, mediante estes contratos, a conjugar vários interesses. Os interesses de quem tem essas parcelas de terreno, que têm obviamente os seus desafios do ponto de vista de cultivo, e que lhes interessa cultivar, e o interesse da Região, no seu todo, de ter, para além da produção, paisagens e um território que se torna apelativo.

Mas há uma ideia fundamental que eu gostaria, a este propósito, de salientar aqui e que tem a ver com uma opção política clara da parte do Governo. No fundo, a ideia de que estes contratos – mas também um conjunto de outros mecanismos de apoio, o VITIS, por exemplo, e um conjunto de outros mecanismos de apoio que nós temos dirigidos ao setor produtivo –, têm uma grande preocupação de cuidar do que é nosso.

Cuidar do que é nosso em termos de paisagem, cuidar do que é nosso em termos de tecido produtivo, cuidar do que é nosso em termos de desenvolvimento futuro de um setor como o turismo, que se alicerça em grande medida, conforme referi, nesta questão da paisagem natural.

É isso que pretendemos continuar a fazer, conjugando outros fatores, como, por exemplo, a classificação, no caso da Graciosa, como Reserva da Biosfera, que constitui um ativo e um valor positivo para este processo, tudo isto contribuindo para a notoriedade da nossa Região em termos internacionais.

Aliás, não é sem justificação que acolheremos já neste ano de 2019 a realização, aqui nos Açores, da Assembleia-Geral da Associação das Regiões Vitivinícolas da Europa, que, também fruto deste trabalho de promoção da Região e de aumento da sua notoriedade, vai paulatina, mas progressivamente, ganhando um lugar em termos de presença nestes espaços internacionais de cooperação regional.

Aquilo que, em mensagem final, gostaria de deixar hoje aqui era exatamente a consciência por parte de cada um de nós de que estes contratos de incentivos à manutenção da paisagem e que aquilo que acontece em cada uma das parcelas, por mais pequena que ela seja, não serve apenas o interesse direto de cada um dos proprietários ou dos agricultores que assinaram esse contrato.

Inserir-se numa estratégia regional, serve o interesse regional, de cuidarmos daquilo que é nosso, de cuidarmos da nossa paisagem, mas também de transformá-la num ativo a favor do nosso desenvolvimento.

Faço votos de um bom trabalho a todos, que estes incentivos sirvam os seus propósitos e que, na sua execução, sirvam também esse bem maior que é o bem não só de toda a ilha Graciosa, mas, assim sendo, o bem também de todos os Açores.

Muito obrigado pela vossa presença.